

Mapeamento ecológico da Amazônia termina em 92

GABRIEL NOGUEIRA

MANAUS — O governo brasileiro pretende apresentar um importante trunfo aos participantes da 2ª Conferência Mundial pelo Meio Ambiente em 1992: o zoneamento ecológico da Amazônia, com alternativas para a exploração racional da floresta. A revelação foi feita pela presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Tânia Munhoz, na abertura do Primeiro Simpósio Internacional de Estudos Ambientais em Florestas Tropicais Úmidas — Forest 90, que se encerra no dia 13, em Manaus. A comissão que fará o zoneamento, coordenada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), deverá fazer sua primeira reunião em novembro.

Dos 4 milhões de quilômetros quadrados da Floresta Amazônica, 10% já estão destruídos. Segundo o pesquisador Philip Fernside, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), o avanço do desmatamento é de 21 mil quilômetros quadrados por ano. Fernside contestou o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, que criticou “as cassandras que falam que a floresta vai acabar de uma hora para outra” ao sustentar que, no ritmo atual, a destruição demoraria ainda

200 anos. “Isso aconteceria se o desmatamento fosse localizado numa só área”, disse o pesquisador. “Mas é espalhado em focos, como um câncer.”

A comissão que cuidará do zoneamento, criada em setembro por decreto do presidente Fernando Collor, é formado pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), os Ministérios da Agricultura e Economia. A coordenação é da SAE. Segundo Paulo Egler, da Divisão de Meio Ambiente da Secretaria de Ciência e Tecnologia, será dada prioridade às áreas ocupadas.

O diretor do Inpa, Enéas Salati, adiantou que a comissão de zoneamento baseará suas decisões em dois documentos que o instituto está terminando, com todos os conhecimentos técnico-científicos que existem sobre a Amazônia. “Os documentos, que entregaremos até o dia 15, darão a visão das forças e processos que mantêm o equilíbrio da região”, declarou Salati. Os principais pontos analisados no trabalho são clima, agricultura, usinas hidrelétricas, piscicultura, produtos florestais (madeiras, frutas e medicinais), mamíferos e botânica.

Sem querer dar detalhes sobre o que será apresentado — “porque depende ainda de consenso entre os cientistas” —, Salati falou apenas sobre a sua área, a climática. “Há evidências de que o clima aqui na

Amazônia foi seco há 700 anos”, comentou. “Essa mudança demonstra a necessidade de se manter o máximo possível de áreas permanentes.” Neste sentido, considera-se uma boa experiência a mistura de plantas frutíferas com árvores de madeira e atividade pastoril, sempre em pequena escala.

O orçamento do instituto, de US\$ 30 milhões em 1990, receberá um reforço “considerável” no próximo ano, segundo prometeu o secretário José Goldemberg. Atualmente, o Inpa tem problemas até para abastecer os veículos destinados ao trabalho de campo.

Philip Fernside destacou a necessidade de acabar com incentivos para a implantação de pastagens e outras atividades. “É preciso se conscientizar de que a floresta não produz dinheiro a curto prazo com a extração de madeiras nobres, mas garante qualidade de vida, essencial para nossa sobrevivência”, sustentou Fernside.

O geógrafo José Bigarella, da Universidade Federal de Santa Catarina, lembrou que já existe um levantamento dos recursos minerais feito pelo projeto Radam, com mapas em escalas de 1:250 mil que precisam ser detalhados para 1:100 mil ou 1:50 mil. “É preciso integrar o uso do solo com informações geológicas”, observou.